

## DOENÇAS PROFISSIONAIS: CONCEITO E LIMITES

### 1. O que é doença profissional?

Considera-se doença profissional toda a situação clínica que surge localizada ou generalizada no organismo, de natureza química, biológica, física e psíquica, que resulte de actividade profissional e directamente relacionada com ela.

São consideradas doenças profissionais, entre outras constantes da lista nacional de doenças profissionais, nomeadamente, as resultantes de:

- a) Intoxicação por chumbo, suas ligas ou compostos, com consequências directas dessa intoxicação;
- b) Intoxicação por mercúrio, suas amálgamas ou compostos, com as consequências directas dessa intoxicação;
- c) Intoxicação pela acção de pesticidas, herbicidas, corantes e dissolventes nocivos;
- d) Intoxicação pela acção das poeiras, gases e vapores industriais sendo como tais considerados, os gases de combustão interna das máquinas frigoríficas;
- e) Exposição de fibras ou poeiras de amianto no ar ou poeiras de produtos contendo amianto;
- f) Intoxicação pela acção dos raios X ou substâncias radioactivas;
- g) Infecções carbunculosas;
- h) Dermatoses profissionais.

#### 1.1. E se a doença não constar da lista nacional das doenças profissionais?

Se a doença não constar da lista nacional das doenças profissionais, mas possuir uma relação causa-efeito

com o ambiente laboral, o médico que assistir o trabalhador doente, deve comprovar a existência dessa relação.

#### 1.2. Que entidade é responsável por actualizar a lista nacional das doenças profissionais?

A lista nacional de doenças profissionais é revista e actualizada por diploma do Ministro da Saúde.

### 2. Como saber se o trabalhador padece de doença profissional?

Para saber se o trabalhador padece de doença profissional, é necessário que se conclua:

- Que a doença em causa, consta da lista nacional de doenças profissionais e que apresente um mapa passado pela Junta Nacional de Saúde, elaborado em três exemplares, destinando-se um à empresa, outro ao trabalhador e ao arquivo na Junta Provincial de Saúde;
- Que a actividade habitual do trabalhador é susceptível de provocar doenças profissionais ou que esteve sujeito ao risco dessa doença em virtude da sua actividade profissional;

Concluídos estes factos e devidamente justificados, presume-se que a doença de que padece o trabalhador está relacionada com o trabalho prestado.

#### 3. Como provar que se trata de doença profissional?

O diagnóstico de doenças profissionais é feito pela Junta de Saúde, que examinará o trabalhador doente. Assim, o trabalhador deve solicitar a entidade empregadora a emissão de guia para se apresentar à Junta Provincial



de Saúde para efeitos de exames médicos ou dirigir-se directamente à Inspecção do Trabalho local, nos casos em que a entidade empregadora se recuse.

Recebido o trabalhador doente sem intervenção da entidade empregadora, a Junta de Saúde notificará a entidade empregadora para, no prazo de três dias, se apresentar munida do processo individual do trabalhador e da guia devidamente preenchida.

Expirado este prazo sem que o empregador se tenha apresentado, a Inspeção Geral do Trabalho, oficiosamente, fornecerá ao trabalhador a guia para se apresentar à Junta Provincial de Saúde e autuando imediatamente a entidade empregadora faltosa, nos termos estabelecidos na Lei do trabalho.

O Ministério Público poderá igualmente, em face de uma participação, direccionar o trabalhador à Junta Provincial de Saúde para efeitos de exames médicos.

#### **4. Quem é responsável pelo pagamento das despesas de deslocação do trabalhador, para realização de exames médicos?**

As despesas feitas pelo trabalhador com as deslocações para exames, correm por conta da entidade empregadora. O trabalhador pode igualmente realizar a despesa e obter o reembolso pela entidade empregadora.

#### **5. Como proceder caso a doença se manifeste após a cessação do contrato de trabalho?**

Se a doença profissional se manifestar depois da

cessação do contrato de trabalho, o trabalhador continua a ter direito de assistência e indemnização, desde que se prove que relação causa-efeito, entre a doença e a actividade que prestava.

Se a doença profissional já existente for agravada pelas actividades que o trabalhador esteja a desempenhar, no mesmo ramo de actividade, pode haver partilha proporcional de responsabilidades entre a anterior e a nova entidade empregadora.

Para que assim ocorra, é necessário que a Inspeção-Geral do Trabalho remeta o trabalhador a Junta Nacional de Saúde.

Sempre que a doença profissional for detectada após a insolvência da entidade empregadora ou do seu encerramento, e não havendo seguro constituído ou este seja insuficiente, a responsabilidade pelo sinistrado será, excepcionalmente, assumida pelo Instituto Nacional de Segurança Social, desde que o mesmo preencha os requisitos para se beneficiar da prestação nos termos da respectiva legislação.

**Contrate o seu seguro e Viva Sem Medo.**



**Henriques Marajo**  
Director Regional Centro

DISPONÍVEL 24/7

**LIGUE 84/82 5533**

